



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150793 - MA (2021/0232266-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ELIAS DOS SANTOS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ELIAS DOS SANTOS SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO (HC n. 0806412-26.2021.8.10.0000).

O recorrente foi preso em flagrante como incurso nos arts. 157, § 2º, inciso II do Código Penal, 12 da Lei n. 10.826/2003 e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobrevivendo decisão que converteu a custódia em preventiva.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a segregação antecipada estaria lastreada na gravidade abstrata dos delitos que lhe foram imputados.

Aduz que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a imposição das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 143-147):

Na espécie, constam nos autos Termos de Declarações prestados pelas vítima Lucas Paulino Cavalcanti de Almeida, que, diante das fotografias apresentadas na Delegacia, reconheceu o paciente como um dos indivíduos que praticaram o crime em tela (Id n.º 10147161 – pág. 28), conforme Termo de Reconhecimento (Id n.º 10147161 – pág. 30), o que foi ratificado pelas declarações prestadas pela testemunha Geiza Fontinelle de Araújo (Id n.º 10147161 – pág. 31), que também reconheceu o paciente (Id n.º 10147161 - pág. 32).

Por outro lado, consoante se extrai do relatório, o remédio heróico fora impetrado sob o argumento de que o paciente encontra-se sofrendo constrangimento ilegal decorrente da ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Do exame dos autos, convém destacar a inexistência de demonstração de qualquer circunstância que pudesse conferir contornos de ilegalidade à situação

do paciente, de modo a justificar o reconhecimento de coação ilegal, nos termos do art. 648 do Código de Processo Penal.

A decisão que decretou a custódia cautelar do acusado (Id n.º 10147162) se encontra devidamente motivada e alicerçada nos requisitos insculpidos no artigo 312 do Código de Processo Penal, norma que permite o decreto cautelar, de forma excepcional, quando houver necessidade de enclausuramento provisório, o que é o caso dos autos.

Como se sabe, a prisão preventiva no curso do processo penal deve ser considerada exceção, pois o réu fica privado do seu direito à liberdade antes do trânsito em julgado da condenação, o que mitiga o princípio constitucional da presunção da inocência. Por essa razão, tal medida constritiva só se justifica quando demonstrada sua real necessidade, exatamente o que ocorre no caso em tela.

[...]

Por outro lado, se verifica dos autos que o paciente responde a outra ação Ação Penal (Processo n.º 95-58.2021.8.10.0028 – 1ª Vara da Comarca de Buriticupu/MA – art. 14 da Lei n.º 10.826/2003), bem está sendo investigado por vários outros crimes de roubo, conforme depoimentos de vítimas (Id n.º 10147161 – págs. 11/12, 16, 19, 22 e 34), inclusive sendo reconhecido conforme Termos de Reconhecimento (Id n.º 10147161 – págs. 06 e 13), com destaque para as declarações do adolescente infrator Tarcisio Silva Feitosa (Id n.º 10147161 – pág. 31), cujo teor confirma que praticou assaltos em companhia do paciente, fato demonstrativo da possibilidade concreta de reiteração delituosa.

[...]

A periculosidade do agente, consubstanciada na reiteração delituosa, são elementos aptos para justificar a manutenção da prisão preventiva, sob o fundamento da garantia da ordem pública, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

[...]

Dessa forma, entendo que a prisão do paciente deve ser mantida para a garantia da ordem pública, ante o risco de reiteração delituosa.

Portanto, a concessão da ordem de soltura representa riscos à coletividade, sendo imperiosa sua custódia cautelar. O crime imputado ao ora paciente, aliado às circunstâncias em que foi flagrado, indiciam a periculosidade do agente e recomendam a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública.

Dessa forma, não tenho como desmotivada a decisão do juízo a quo, pois, é razoável que se prestigie a sensibilidade do juiz, o qual, percebendo a reação apresentada pelos seus jurisdicionados, na medida em que se encontra mais próximo da comunidade,

possui melhores condições para avaliar a necessidade da segregação.

[...]

Assim, entendendo serem inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão elencadas no art. 319 do CPP, tendo em vista, pelo menos neste momento de cognição superficial, que a gravidade do delito e as circunstâncias da prisão revelam a necessidade de garantia da ordem e conveniência da instrução criminal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência